

ANC X

FOLHA DE SÃO PAULO *Assembleia Constituinte*
Iepes alerta contra
*9 SET 1977
manobra na convenção

O presidente do Iepes — Instituto de Estudos Políticos em São Paulo — deputado Alberto Goldman, reunido com membros de diretórios distritais e do Conselho do Iepes elaborou ontem um documento de proposta sobre a Constituinte que deverá ser entregue aos convencionais de São Paulo que participarão da Convenção Nacional do MDB, no dia 14. Este documento deverá ser discutido na próxima segunda-feira com todos os convencionais em reunião que se realizará na sede do partido.

O grupo propõe que o partido lute pelas "pré-condições para a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte representativa de toda a Nação" e faz advertências para que os convencionais não se deixem iludir por manobras que tentem alterar o caráter desta Constituinte. Consideram manobras as tentativas de "igualar a Constituinte que pregamos com a transformação do atual Congresso em Constituinte ou ainda, em desejar que o próximo Congresso seja tido como tal". Estas propostas, diz o documento, "não deverão ter a participação dos membros da Oposição, sob pena de estarem traindo o programa de nosso partido, a delegação de um mandato obtido a partir da defesa deste programa e levando ao descrédito a legenda do MDB".

O documento afirma que o momento político exige um novo pacto social cujo meio é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Esta, entretanto, "só é livre e soberana se for a expressão real das exigências e necessidades de classes e setores de classes nos seus embates entre si". Para isso é condição primordial a liberdade de expressão e organização de toda a sociedade. Caso contrário, a Constituição "será não o reflexo das aspirações nacionais, mas simplesmente a preservação, com novo fôlego,

de velhas formas de dominação criadas pelos regimes autoritários".

Os pontos concretos pelos quais a Oposição deve lutar para obter as condições de realização de uma Constituinte livre e soberana são, segundo o documento: revogação de todos os atos e leis de exceção; eleições livres e diretas para todos os cargos, assegurado o sufrágio universal exercido por todos os brasileiros maiores de 18 anos; respeito às imunidades parlamentares sem o que não há representação popular livre; extensão do direito de voto aos analfabetos; amplas e efetivas garantias do direito de defesa como: o fim da incomunicabilidade para os presos e a restauração em sua plenitude do habeas corpus; controle legal da repressão policial; autonomia do Poder Judiciário e plenas garantias da magistratura; anistia ampla e irrestrita para todos os cassados, banidos, exilados e presos políticos; ampla liberdade de expressão para todos os setores da população, sem qualquer forma de censura; livre organização e propaganda para todos os partidos, com total liberdade de definição político-ideológica para todas as classes sociais; total liberdade e independência sindical, sem vínculo dos sindicatos com o Estado; direito de greve; livre organização nos locais de trabalho, nos sindicatos e em organismos intersindicais a nível regional e nacional; liberdade de organização estudantil em nível local, regional e nacional; política econômica voltada para os interesses nacionais e populares; mandato específico dos Constituintes.

Concluindo, o documento exige que a Convenção inclua a luta pela Constituinte no programa do partido e lhe dê encaminhamento prático através da formação de comitês pró-Constituinte em todo o País.